

LEI Nº 883

“Autoriza o Executivo Municipal a contratar financiamento para Unidades habitacionais para famílias de baixa renda e dá outras Providências”.

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar financiamento para construção de casas populares, para famílias de baixa renda, em áreas urbana, suburbana e rural, com recursos captados através de empréstimo/financiamentos junto a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina-COHAB/SC, ou em qualquer outro órgão Estadual e Federal.

§ 1º - O valor do financiamento será de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **VETADO**

Art. 2º - O município financiará lotes urbanizados e a construção de casas em alvenaria normal ou Kits pré-moldados, os quais serão dados em hipoteca ao Município como garantia real do financiamento, pelo prazo em vigor o respectivo contrato.

Art. 3º - As prestações dos imóveis financiados, conterão o valor do financiamento com base na “Tabela Price” seguro habitacional, por danos físicos, morte e invalidez permanente, com juros de 3% (três por cento) ao ano e 3% (três por cento) destinado ao Fundo de Habitação do Município.

§ 1º - No caso da habitação rural, as prestações poderão ser mensais, trimestrais ou semestrais e poderão ainda, ser pagas com produtos de safra, de escolha entre as partes.

§ 2º - O seguro habitacional, por danos físicos, morte e invalidez permanente, deverão ser pagos mensalmente, havendo opção pelo pagamento das prestações por trimestre ou semestre.

§ 3º - O Chefe do Poder Executivo será o responsável Direto pela cobrança, ou quitação das mesmas assim não efetuando o mesmo será responsabilizados. - **VETADO**

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal, fica autorizado para execução dos ditames desta lei, a fazer convênio ou contrato, com órgãos ou entidades, para operar o sistema do gestor Hipotecário que se formará, no que se refere ao controle de cobrança de prestações, seguro, taxas e emissão de carnês e planilhas de saldos de financiamento.

§ 1º - Antes de qualquer liberação, ou designação de aprovação de mutuário pelo Conselho do Fundo Municipal de Habitação os nomes dos mesmos serão submetidos ao legislativo, para análise e aprovação dos mesmos. – **VETADO**

Art. 5º - o Poder Executivo Municipal, fica autorizado ainda a dar em garantia dos contratos que firmar, as quotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 22 de Julho de 2002

Ailton Laudelino Andrade
Prefeito Municipal